

RESENHA

RESENDE, Viviane de Melo. (org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. 202 p. ISBN - 978-852170-184-2.

Resenhado por Raylton Carlos de Lima Tavares¹
Universidade de Brasília

Recebido em: novembro de 2021
Aceito em: dezembro de 2020
DOI: 10.26512/les.v21i2.35297

A obra *Decolonizar os estudos críticos do discurso* foi publicada no fim do ano de 2019, pela Pontes Editores, com apoio do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (Ceam-UnB). Logo que foi lançada, ela já mostrou seu potencial para tencionar os conhecimentos que tomávamos como tácitos, acerca dos quais poucas vezes nos permitimos questionar, mostrando-se, assim, contribuição original aos estudos discursivos e também às epistemologias do sul.

Organizado por Viviane de Melo Resende, professora da Universidade de Brasília e coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/Ceam-UnB), o livro resulta de reflexões sobre a colonialidade no campo dos estudos discursivos e na academia de modo geral, bem como de uma tomada de posição pela reivindicação de construção de conhecimento que não se pretenda universal. Com efeito, muito já fora elaborado em termos de epistemologias, e “não é que certa produção intelectual (tal como o pensamento latino-americano em análise de discurso) não exista, mas que seja invisibilizada em esferas determinadas” (p. 12). Para lograr êxito nessa empreitada, o exemplar reúne pesquisadoras e pesquisadores do Brasil, Argentina, China e África do Sul, que assinam os sete capítulos teóricos a respeito dos quais em seguida discutirei.

¹ Aluno do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Membro do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/Ceam-UnB) e do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC-UnB/CNPq). Bolsista da CAPES. Contato: rayltoncarlos@gmail.com.

É Viviane de Melo Resende quem abre a obra, assinando o capítulo intitulado *Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso*. Nele, a autora teoriza como o giro decolonial pode ser articulado no interior dos Estudos Críticos do Discurso. Seu argumento principal é de que o esforço por decolonizar o campo se dirige a três domínios: o saber, no sentido de questionar epistemologias que se arvoram como sendo universalmente válidas; o poder, em uma tarefa de propor teorias e métodos adequados aos contextos regionais e locais em que os projetos de investigação são realizados; e o ser, refletindo o lugar paradoxal de subalternização e privilégio, isto é, respectivamente, no tocante ao descrédito concedido aos saberes e seres do sul global, e ao lugar socialmente prestigiado em que se encontram as/os/es acadêmicas/os/es.

Em termos discursivos, isso significa dizer que a colonialidade do saber se relaciona aos discursos, maneiras particulares e posicionadas de representar e conhecer as coisas no mundo, governadas por estruturas como raça, classe, gênero, sexualidade etc. A colonialidade do ser é sustentada por esses discursos que moldam padrões identitários em que a todo momento somos pressionadas/os/es a nos encaixar. Isso limita o poder criativo de transcender a colonialidade do poder que nos impulsiona a agir conforme padrões capitalistas, racistas, sexistas etc. Não obstante, Resende ressalva que a decolonialidade do saber, do ser e do poder são um desafio só, integrado, um “ciclo virtuoso entre consciência (ser), crítica (saber) e criatividade (poder)” (p. 20), e sua perseguição está na ação comprometida e vigilante que, por vezes, põe em xeque nosso protagonismo, mas, diz ela: “O que poderia mais bem sinalizar o sucesso de nossa crítica que nos pôr em movimento?” (p. 41).

Sob o título *Decolonização do conhecimento nos estudos do discurso*, o capítulo dois é de autoria de Maria Laura Pardo, pesquisadora independente do Conselho Nacional de Investigações e Tecnológicas (Conicet), na Argentina. O foco de Pardo é realizar um estudo crítico sobre os modos como o conhecimento em Estudos do Discurso é profundamente colonizado. Ao tomarem consciência dessa homogeneização capitalista e globalizadora, setores sociais reagem de modos diferentes a ela, por exemplo, incitando discussões sobre colonialidade em diversas esferas e campos. No entanto, na Linguística e nos Estudos do Discurso essa reflexão ainda não se mostra preocupação central. Em decorrência disso, assim como importamos teorias e métodos, também o fazemos com nossos temas de pesquisa, investigando coisas que mais refletem a realidade e interesses de lá (norte global) do que daqui (sul global, especialmente América Latina).

A autora amplia o debate relacionando ciência, tecnologia colonização. O capitalismo, argumenta ela, impõe modos de compreender e fazer ciência, como também impõe identidades. Se o que vale é produzir mais, então, não haverá espaço para reflexão acerca dos processos de pesquisa (pressupostos teóricos e metodológicos, seleção e análise dos *corpora* etc.). Ademais, com o

advento da internet, avanço tecnológico mais importante da pós-modernidade, o acesso à informação é disponível somente àquelas/es que possuem bens materiais potenciais (smartphone, computadores, internet, energia elétrica etc.), o que resulta em mais disparidades entre países e no interior de cada um deles, entre pobres e ricos. Por fim, Pardo encerra o texto mostrando algumas possibilidades de ação se quisermos (e estivermos dispostas/os/es a) decolonizar o conhecimento, são elas (p. 59-60): ler-nos entre nós, pesquisadoras/es latino-americanas/os/es; dar continuidade às nossas pesquisas tendo uma visão crítica para as teorias e métodos que utilizamos; a consciência de que o discurso é nossa prioridade. Se ele não muda, é impossível mudar o social; e, por fim, não reproduzir condutas pós-modernas ligadas à homogeneização e à desvalorização da ciência como a-metodológica.

O pesquisador chinês Shi-xu, diretor do Centro de Estudos Culturais e Discursivos da Universidade de Zhejiang (Hangzhou), é o autor do terceiro capítulo da obra, cujo título é *Reconstruindo paradigmas orientais em estudos do discurso*. Nesse capítulo, a discussão gira em torno do estado de desordenamento em que se encontram os Estudos do Discurso atualmente. Isso se deve, segundo o autor, ao controle do campo por filosofias e conceitos ocidentais e pela pouca liberdade que têm pesquisadoras/es orientais, muitas vezes, restando-as/os imitar ou reproduzir os projetos ocidentais.² Nesse sentido, seu objetivo é de “desafiar esse estado de coisas e de abrir um debate no campo acadêmico dos estudos do discurso, oferecendo uma crítica cultural da investigação discursiva realizada e mostrando bases para uma alternativa pragmática” (p. 65).

Shi-xu considera que está em voga um certo discurso disciplinar centrado no ocidente que é propagado como acultural, mas que, na verdade, tem peculiaridades culturais, tal como qualquer outro. Ele toma os textos *Discourse and social change*, de Norman Fairclough (1992), e *The study of discourse*, capítulo de Teun A. van Dijk (1997), para mostrar as seguintes características: atomização – classificação das coisas como camadas sobre camadas (ex.: texto, prática discursiva e prática social); dualismo – coisas distinguem-se em duas classes separáveis e qualitativamente distintas (ex.: linguagem e mente); textocentrismo – eleição do texto como mais importante que outros dados das situações em que ele emerge (ex.: texto e contexto); e individualismo – a linguagem como meio para atingir as metas das/os falantes. Para Shi-xu, saídas possíveis são pensar paradigmas orientais apoiados nas subjetividades e nos saberes da Ásia, África e América Latina, principalmente levando em consideração a experiência histórica que esses locais compartilham (escravidão, colonialidade, pobreza etc.). Além disso, o autor acredita que os paradigmas orientais devem ser desenhados de modo que possam dialogar com os paradigmas ocidentais, na tentativa de

² Shi-xu alarga a definição de oriental para que o termo passe a incluir Ásia, África e América Latina.

promover trocas entre ambos. Desse modo, fomenta-se a diversidade e o saber humano é expandido.

O quarto capítulo, assinado por Viviane Vieira, pesquisadora e professora da Universidade de Brasília, recebe o título *Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade*, em que se estabelece diálogo entre teorias decoloniais e Estudos Críticos do Discurso a fim de fomentar a reflexão acerca do desenvolvimento de abordagens decoloniais feministas do discurso para pesquisas qualitativas em educação e gênero-sexualidade. A autora traz um arcabouço teórico feminista para pensar como a linguagem é usada para sustentar o sistema colonial/moderno de gênero, que organiza, em todos os campos sociais, as relações sociais, o mundo material, as crenças, valores e desejos em uma lógica cis-heteronormativa. Para ela, uma “postura ética” que se baseie no cuidado, no diálogo, em práticas harmoniosas e que vise ultrapassar desigualdades de gênero-sexualidade tem, necessariamente, de levar em conta o papel do discurso como parte inerente da vida social (p. 93).

Em que pese os modos de fazer pesquisa ainda estejam colonizados, notórios quando olhamos o léxico positivista (hipóteses, testes, objetividade, sujeitos de pesquisas etc.), a autora acredita que pesquisas colaborativas têm o potencial transformador, uma vez que são realizadas com a ida ao campo e a partir das demandas das/os próprias/os participantes. A efeito de exemplo, Vieira cita uma pesquisa etnográfico-colaborativa realizada em uma área de vulnerabilidade social no Distrito Federal, ensejada por resultados do projeto político-pedagógico Mulheres Inspiradoras.³ Nos resultados da pesquisa, verificou-se o processo de invisibilização/subalternização de textos literários produzidos por mulheres negras, como também um “processo discursivo de desnarrativização, isto é, de desconstrução da narrativização hegemônica que constitui saberes e identidades relacionadas a classe-raça-gênero” (p. 108). Nesse aspecto, as participantes da pesquisa têm assumido modos particulares de identificação mobilizados pela inculcação de discursos de resistência a padrões culturais hegemônicos relacionados com os padrões de beleza, por exemplo, que possibilitam, em uma visão dialética, novos modos de ação e interação em suas práticas de vida social.

No quinto capítulo, intitulado *Linguagem e decolonialidade: discursos e(m) resistência na trilha da aquilombagem crítica*, o autor, Gersiney Santos, pesquisador do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade da Universidade de Brasília, traz à baila as noções de linguagem, decolonialidade, aquilombagem crítica e redes pragmáticas, a partir de uma perspectiva racializada.

³ Idealizado por Gina Vieira, Mulheres Inspiradoras é um projeto educacional realizado em escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal que objetiva causar mudanças sociais a partir de práticas voltadas a representação/identificação de mulheres na sociedade brasileira.

Santos une-se à crítica ao projeto colonial com base no argumento de que, embora seja um potencial para desestabilizar naturalizações, esse movimento não atentou que processos de resistência semelhantes já existiam desde os primórdios nos quilombos e, posteriormente, no movimento negro.

Nessa direção, o autor aponta que uma das formas como a colonialidade se mantém é por meio do epistemicídio negro e indígena. Uma saída proposta é o encontro do quilombo, o lugar de pertencimento coletivo em que se renovam as forças e organizam-se caminhos de resistência. Uma das maneiras de conectar-se ao quilombo é por meio da aquilombagem crítica, um tipo de filosofia que ultrapassa o espaço geográfico e se expande para a identificação de si e de outrem. A aquilombagem crítica, para ser efetiva, precisa ser operacionalizada por redes pragmáticas, que são “estratégias e recursos utilizados de maneiras coordenadas (em diferentes perspectivas) para atingir fins práticos e criticamente transformadores para [...] o grupo social oprimido” (p. 137). Assim, Gersiney Santos conclui reiterando o lugar da universidade como espaço em que, ao mesmo tempo que se propagam discursos colonizadores, também possibilita a resistência.

María del Pilar Tobar Acosta, do Instituto Federal de Brasília, no capítulo seis, de título *Crítica insurgente e o discurso do lado de cá: por uma ADC desde de e para a América Latina*, baseia-se em suas experiências nos estudos de doutoramento, com foco nos movimentos sociais, quando percebeu que o arcabouço teórico da Análise de Discurso Crítica precisava ser ampliado para lidar com o conceito de reexistência, segundo ela, pouco trabalhado dentro do campo. De modo frutífero, a autora tece diálogo transdisciplinar ao apropriar-se de conceitos advindos de diferentes campos, como filosofia do Ubuntu e do Bem-viver, retórica, pedagogia e linguística.

Uma das principais contribuições do capítulo é a reflexão teórica em torno do conceito de Estilos e a relação deste com rearranjos identitários projetados para a transformação social. Para Acosta, diferentemente do que ocorre com os Discursos e com os Gêneros, elementos das Ordens de Discurso, há pouca produção relevante sobre o desdobramento de seu par, os Estilos, que, para a Análise de Discurso Crítica faircloughiana, são modos discursivos de ser, a identidade em seu aspecto semiótico. A autora argumenta que, em seu empreendimento teórico-analítico, o eixo do ser mostrou-se relevante, uma vez que, por se configurar em uma dialética, serve para a manutenção das identidades em projetos de emancipação. Então, os Estilos como eixo central organizam a ação transformadora (eixo do poder) que, por sua vez, possibilita novas formas de ver e compreender o mundo (eixo do conhecimento).

Por fim, sob o título *Decolonizando as ciências humanas na África pela soberania intelectual* e de autoria de Kwesi Kwaa Prah, diretor do Centro de Estudos Avançados da Sociedade Africana, na África do Sul, o sétimo capítulo focaliza as dinâmicas entre conhecimento, educação e

colonialidade. Mesmo que o autor não se estabeleça no campo dos estudos discursivos como as/os demais colaboradoras/es, ele reconhece e discute a imprescindível questão das línguas de instrução. Em muitos países da África, ainda são utilizadas as línguas dos colonizadores para produzir e receber conhecimento, sobretudo no ensino superior. Conforme Prah, a ideia de que a língua colonial seja a única possível para lidar com a produção científica é um dos legados mais debilitantes do colonialismo, em especial porque obriga estudantes a aprender por meio de línguas que não as suas.

Atrelado a isso, está a própria dinâmica das universidades nesses lugares, tendo em vista que elas foram concebidas como estufas dos colonizadores para que esses produzissem conhecimentos que lhes fossem úteis. Nesse aspecto, há dois pontos relevantes. Primeiro, o cruel resultado epistêmico da periodização da história em que a África pré-colonial, ainda na atualidade, é concebida como a-histórica, como se ali não houvesse civilização ou se suas dinâmicas não tivessem importância para a história da humanidade. Em segundo lugar, a existência de centros de estudos africanos em universidades africanas revela a falta de reflexão que há em adotar um modelo colonizador como esse, em que os estudos de seu próprio povo merecem um centro específico. Nesse sentido, Kwesi Kwaa Prah pergunta: “se o que é chamado de ‘Estudos Africanos’ é um domínio intelectual segregado, com o que o resto de uma universidade africana se preocupa?” (p. 184)

Em suma, reitero a afirmação de que a obra aqui apresentada tem acentuada relevância à academia e à sociedade latino-americanas por ser uma coleção de textos que proporciona, sobretudo a partir dos estudos discursivos, poderosas reflexões sobre a produção e a legitimação de conhecimentos situados, bem como o reconhecimento dos contextos sociopolíticos que ocorrem em nossa região, mostrando-os como aspectos centrais e que mutuamente se constituem. Destarte, poderá ter como público leitor potencial estudiosas/os/es da linguagem, cientistas sociais e interessadas/os/es em estudos latino-americanos e decoloniais.

REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in social change**. Cambridge: Malden: Polity Press, 1992.

VAN DIJK, T. A. **Discourse studies: a multidisciplinary introduction**. London: Sage, 1997. p. 1-34.